

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: BACEN = Banco Central do Brasil; CF = Constituição Federal de 1988; DF = Distrito Federal; IPTU = imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana; IPVA = imposto sobre a propriedade de veículos automotores; ISSQN = imposto sobre serviços de qualquer natureza; LDO = lei de diretrizes orçamentárias; LOA = Lei Orçamentária Anual; LRF = Lei de Responsabilidade Fiscal; OSCIP = organização da sociedade civil de interesse público; RJU/RN = Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Norte; RPPS/RN = Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Norte; STF = Supremo Tribunal Federal; TC = tribunal de contas; TCE = tribunal de contas estadual; TCE/RN = Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte; TCU = Tribunal de Contas da União; TRE = Tribunal Regional Eleitoral.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Trata-se de uma carta cujo enigma perdura e  
perdurará. Por isso, ela continua sempre atual, continua a nos  
falar hoje sem que nenhum de nós também se julgue seu  
4 destinatário privilegiado ou seu decodificador absoluto.

Estamos nos referindo à famosa **Carta** de Pero Vaz  
de Caminha dirigida em 1500 a el-rei dom Manuel,  
7 anunciando a descoberta de uma nova terra. E se essa carta  
não tivesse chegado ao seu destino, ao seu destinatário, se ela  
tivesse se extraviado, com se diz hoje no linguajar dos  
10 correios? Em virtude de naufrágio, seria uma hipótese. Por  
errância sem fim da caravela no caminho de volta à pátria, ou  
seja, por morte dos estafetas, seria outra hipótese. No  
13 entanto, a carta chegou ao seu destino. E, ao chegar às  
mãos do rei, no momento mesmo em que o rei de Portugal  
dela toma posse, também toma posse da terra e dos seres  
16 humanos por ela descritos pela primeira vez. A carta cria o  
acontecimento da descoberta do Brasil por um país europeu.  
Ela sela de vez o devir ocidental e cristão de uma terra e de  
19 seus habitantes, o devir de um futuro estado-nação chamado  
Brasil.

A **Carta** de Caminha serve, antes de tudo, para que  
22 todos aqueles aos quais ela não se destina reflitam tanto  
sobre palavras e gestos que recobrem o encontro de dois  
bandos que se desconhecem, quanto sobre o sentido do  
25 acontecimento histórico na época das descobertas e, mais  
ainda, sobre o papel desempenhado pelos vários atores  
sociais na empreitada heroica.

Silviano Santiago. *Navegar é preciso, viver*. In: Aداuto Novaes  
(Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras –  
Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 464 (com adaptações).

A partir da argumentação do texto acima, bem como das  
estruturas linguísticas nele utilizadas, julgue os itens de **1 a 6**.

- 1 Se a opção fosse a de evitar o uso do pronome “cujo” (l.1),  
as relações entre as ideias do texto permitiriam que, sem  
prejudicar a coerência ou a correção gramatical do texto,  
assim se iniciasse o parágrafo: Trata-se de uma carta do qual  
o enigma perdura e perdurará.
- 2 Na linha 3, o uso do modo subjuntivo em “julgue” é exigido  
pela estrutura sintática em que ocorre; se fosse retirada a  
conjunção “que” da oração subordinada, o modo empregado  
deveria ser o infinitivo: julgar.
- 3 O primeiro período sintático do texto sintetiza os motivos  
que levaram Caminha a escrever a “famosa **Carta**” (l.5).

4 Fazendo os necessários ajustes nas letras iniciais maiúsculas,  
as relações semânticas entre as orações do texto permitem  
que o ponto logo após “hipótese” (l.10) seja substituído pelo  
sinal de ponto e vírgula e o ponto logo depois de “europeu”  
(l.17), pelo sinal de dois-pontos.

5 No desenvolvimento das ideias do texto, o conectivo “No  
entanto” (l.12-13) estabelece uma oposição direta entre os  
argumentos que o seguem na oração e o argumento do  
período sintático que explicita o objeto da argumentação:  
“Estamos nos referindo à famosa **Carta** de Pero Vaz de  
Caminha” (l.5-6).

6 Na linha 22, a preposição **a**, em “aos quais”, é exigida pelo  
uso reflexivo do verbo **destinar**; por isso, mantém-se a  
coerência ao se substituir o pronome relativo pelo pronome  
**quem** e, para preservar o respeito às regras gramaticais,  
deve-se manter a preposição, escrevendo **a quem**.

1 Em todos os povos ou períodos da história, a  
sensação de pertencimento a uma comunidade sempre foi  
construída com base nas diferenças em relação aos que estão  
4 de fora, “os outros”. Muitas tribos indígenas brasileiras, por  
exemplo, chamam a si próprias de “homens” ou “gente” e  
denominam pejorativamente integrantes de outros  
7 grupamentos — esses são “seres inferiores” ou “narizes  
chatos”. O filósofo Aristóteles considerava a “raça helênica”  
superior aos outros povos. Mas até o Iluminismo, no século  
10 XVIII, a humanidade não recorreu a teses raciais para  
justificar a escravidão — tratava-se de uma decorrência  
natural das conquistas militares. A postulação de que todos  
13 os homens nascem livres e iguais criou, porém, uma  
reação: a fim de embasar a dominação de povos europeus  
e seus descendentes sobre as populações colonizadas ou  
16 escravizadas, começou-se a elaborar uma divisão sistemática  
de raças, com pretensões científicas. Com a gradual abolição  
da escravidão, o racismo científico foi usado para justificar  
19 o imperialismo ocidental na África e na Ásia.

Veja, 2/9/2009 (com adaptações).

Com base nas estruturas linguísticas e nas relações  
argumentativas do texto acima, julgue os itens de **7 a 12**.

7 É correto concluir, a partir da argumentação do texto, que a  
“sensação de pertencimento” (l.2) carece de cientificidade,  
ou seja, de “pretensões científicas” (l.17).

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
TRIBUNAL DE CONTAS  
OFÍCIO 000/2009-TCE/RN

Senhor Secretário Municipal,  
D.D. Doutor Beltrano da Silva

1. Considerando que os custos de publicação dos relatórios nos diários oficiais do Estado e dos Municípios vem sofrendo grande majoração nos últimos anos, inviabilizando o procedimento especialmente nos municípios que disponham de poucos recursos, recomenda-se que os municípios que detenham uma população de menos de 30.000 habitantes faça tal publicação apenas no Diário Oficial do Estado e afixe em lugar público e visível, os dados a serem publicados.

[...]

Natal, 31 de setembro de 2009.

(assinatura)

Fulano de Tal

Presidente do Tribunal de Contas do Estado  
do Rio Grande do Norte

A partir desse texto hipotético, julgue os seguintes itens, a respeito da elaboração de correspondência oficial.

- 18 Os itens de identificação e localização do documento, como o timbre, a identificação do órgão emissor e o número do expediente, o local e a data de emissão do documento, estão de acordo com as normas do padrão ofício.
- 19 Para que o vocativo do documento respeite os padrões de elaboração de correspondências oficiais, deve ser retirada toda a linha abaixo do cargo ou função, com o nome do destinatário, deixando apenas a primeira: “Senhor Secretário Municipal,”.
- 20 No corpo do documento, a redação do primeiro parágrafo respeita as normas de impessoalidade, formalidade, concisão, além do padrão culto da língua a que todos os documentos oficiais devem obedecer.

Acerca de conceitos de informática e de segurança da informação, julgue os itens a seguir.

- 21 O disco rígido é um sistema de armazenamento de dados de alta capacidade que, por não ser volátil, é normalmente destinado ao armazenamento de arquivos e programas.
- 22 Em um computador com o sistema operacional Windows XP instalado, por meio da opção Pesquisar, existente no menu Iniciar, é possível localizar informações na Internet.
- 23 Diferentemente do que ocorre no sistema Windows XP, no Linux, para se obter maior velocidade de acesso, os dados são armazenados diretamente em pastas, e não em subpastas.
- 24 Chave criptográfica é um termo que se refere a um parâmetro (ou conjunto de parâmetros) variável do algoritmo criptográfico que interfere diretamente no processo criptográfico. Para cada chave distinta (valor de chave), o algoritmo gera um criptograma diferente para uma mesma mensagem, que só poderá ser decifrado pelo usuário que conheça o valor em uso. Dessa forma, a segurança lógica é garantida, mesmo que o processo criptográfico se torne público, desde que a chave seja mantida secreta.

- 8 Preservam-se a coerência entre os argumentos e o respeito às regras gramaticais ao se usar o pronome **aqueles** em lugar de **os**, substituindo “aos que” (l.3) por **àqueles que**.
- 9 Na linha 5, seriam preservadas a coerência da argumentação e a correção gramatical do texto se a opção fosse por não enfatizar o objeto de **chamar**, conferida pelo pronome “próprias”, e se substituísse “a si” por **se**, escrevendo-se **chamam-se**.
- 10 A ausência do sinal indicativo de crase em “a teses” (l.10) indica que o substantivo está sendo usado em sentido generalizado, sem a determinação marcada pelo artigo.
- 11 A flexão de singular em “tratava-se” (l.11) indica ser a “escravidão” (l.11) “decorrência natural das conquistas militares” (l.11-12); se tal decorrência fossem “teses raciais” (l.10), o verbo seria flexionado no plural: **tratavam-se**.
- 12 Preservam-se as relações entre os argumentos e o respeito às regras gramaticais ao se reescrever o último período sintático do texto da seguinte maneira: O imperialismo ocidental na África e na Ásia usou como justificativa o racismo científico com a gradual abolição da escravidão.

1 Penso que a política tem sempre uma dimensão estética, o que é verdade também para o exercício das formas de poder. A estética e a política são formas de organizar o  
4 sensível: de dar a entender, de dar a ver, de construir a visibilidade e a inteligibilidade dos acontecimentos. Para mim, é um dado permanente. É diferente da ideia de que o  
7 exercício do poder se teria estetizado em um momento específico.

Há um momento em que é preciso distinguir duas  
10 coisas: de um lado, a adoção de certas formas espetaculares de *mise-en-scène* do poder e da comunidade. De outro, a ideia mesma de comunidade. É preciso saber se pensamos a  
13 comunidade política simplesmente como um grupo de indivíduos governados por um poder, ou se a pensamos como um organismo animado.

16 Na imaginação da comunidade, há sempre esse jogo, essa oscilação entre a representação jurídica e uma representação estética. Mas não creio que se possa definir um  
19 momento preciso de estetização da comunidade.

Jacques Rancière. *Partilha do sensível*. In: *Revista Cult*, n.º 139, ano 12, set/2009, p. 18 (com adaptações).

Julgue os itens que se seguem, a respeito da organização das ideias no texto acima.

- 13 No desenvolvimento das ideias do texto, o termo “o que” (l.2) retoma, em coesão textual, a ideia de **pensar**.
- 14 De acordo com a argumentação do texto, depreende-se que o termo “permanente” (l.6) refere-se à constância da relação entre estética e política.
- 15 Para evitar o uso de muitas preposições no mesmo período sintático e deixar o texto mais conciso e objetivo, a retirada da preposição do termo “em que” (l.9) preservaria a coerência e a correção gramatical do texto.
- 16 O desenvolvimento da argumentação permitiria usar os termos “esse jogo” (l.16-17) e “essa oscilação” (l.17) no plural, sem prejudicar a coerência entre os argumentos e o respeito às regras gramaticais.
- 17 Mantêm-se a coerência entre os argumentos e o respeito às regras gramaticais ao se usar o verbo na primeira pessoa do plural, **possamos**, em lugar de se usar o sujeito indeterminado “se possa” (l.18).

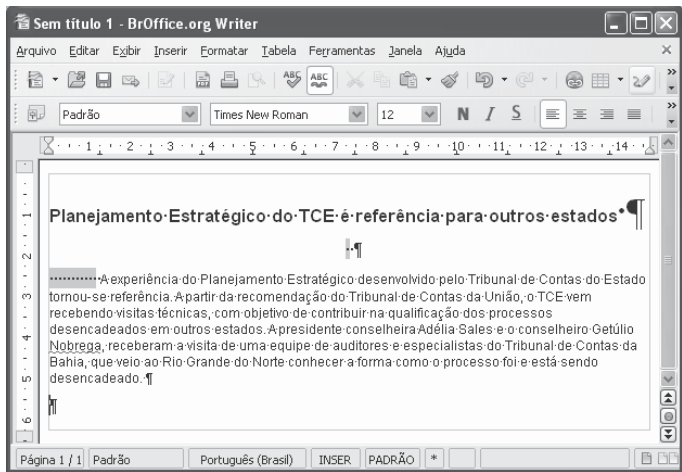


Figura I

	A	B
1	Processo	Situação do andamento
2	1234	70%
3	3452	20%
4	2345	75%
5	6721	90%

Figura II

Considerando as figuras I e II acima, que ilustram, respectivamente, uma janela do BrOffice Writer 3.0 com um documento em edição e parte de uma janela do Excel 2007 com uma planilha em elaboração, julgue os itens que se seguem, relativos ao Microsoft Office 2007 e ao BrOffice.org.

- 25 A partir da figura I, é correto afirmar que o título do documento em edição está centralizado na página.
- 26 A planilha mostrada na figura II pode ser transferida, na forma de tabela, para o final do documento em edição ilustrado na figura I, sem perda de informações.
- 27 Por meio da opção Gráfico do *menu* Inserir do Excel 2007, é possível criar um gráfico de linha com as informações da planilha apresentada, e transferi-lo para o final do documento mostrado, mantendo-se as formatações padrão do Excel 2007.
- 28 Tanto o documento quanto a planilha podem ser inseridos no corpo de uma mensagem de *e-mail* enviada para um endereço eletrônico.
- 29 Caso a planilha tenha sido protegida por senha, ao transferi-la para o final do documento, será necessário informar a referida senha para visualizar as informações.
- 30 No *software* BrOffice Calc, é possível abrir a planilha apresentada e gerar um gráfico de *pizza*, utilizando a opção Calc do *menu* Janela.

Com relação à natureza, competência e jurisdição do TCE/RN, julgue os itens seguintes.

- 31 O TCE/RN, ao julgar as contas dos dirigentes das unidades e entidades dos municípios, está também fiscalizando a aplicação dos recursos que lhes são transferidos pela União e pelo estado.
- 32 O julgamento das contas tem considerável impacto nas pretensões eleitorais dos candidatos a cargos políticos, pois o TCE/RN deverá informar ao TRE os nomes dos responsáveis por pendências em suas prestações de contas, apuradas em diligências que estejam em fase de realização.

Com base nas normas de organização e funcionamento do TCE/RN, julgue os próximos itens.

- 33 O Sistema Integrado de Auditoria Informatizada (SIAI) realiza a captação dos dados e informações da gestão fiscal dos órgãos e entidades jurisdicionados e lhes dá o tratamento apropriado ao acompanhamento e controle da execução orçamentária e financeira, tendo como foco a observância da responsabilidade fiscal.
- 34 Cabe ao TCE/RN fornecer ao estado e aos municípios certidões que os habilitem a obter empréstimos e firmar convênios e instrumentos afins. Se o descumprimento de prazos para envio de documentos for atribuído a antecessor, impossibilitando a obtenção da certidão, o sucessor deverá adotar providências que vão até a adoção de medida judicial.
- 35 A documentação que os órgãos e entidades sujeitos à fiscalização do TCE/RN tiverem de encaminhar à Corte de Contas deverá ser apresentada por cópia, permanecendo os originais à disposição, nos respectivos órgãos e entidades. Se houver exigência de apresentação do mesmo documento a mais de um órgão de fiscalização, o original deverá ser encaminhado ao TCE.

Acerca do TCE/RN, julgue os itens subsequentes.

- 36 Se o TCE/RN concluir que não dispõe de servidores habilitados para a realização de auditorias e perícias em assuntos de alta especialização, terá respaldo legal para requisitar servidores de outros órgãos ou de entidades da administração estadual ou contratar empresa privada.
- 37 Importante prerrogativa do TCE/RN, em sua função fiscalizadora, é a de requisitar diretamente às instituições financeiras os extratos das contas-correntes e de aplicações efetuadas pelas unidades gestoras das administrações estadual e municipais.

Com referência ao controle externo e ao Poder Legislativo do estado e dos municípios, julgue os itens a seguir.

- 38** Entre os vários critérios adotados para classificar as modalidades de controle, destaca-se o que o distingue entre interno e externo, dependendo de o órgão que o exerça integrar ou não a própria estrutura em que se insere o órgão controlado. Nesse sentido, o controle externo é exercido por um poder sobre o outro, ou pela administração direta sobre a indireta.
- 39** Uma das funções de competência dos TCs, como definido na CF, é a de ouvidor, caracterizada pelo recebimento de denúncias de irregularidades ou ilegalidades formuladas tanto pelos responsáveis pelo controle interno como por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato.

A respeito da administração pública brasileira, suas estruturas e servidores, e dos princípios constitucionais, julgue os itens seguintes.

- 40** A autotutela, uma decorrência do princípio constitucional da legalidade, é o controle que a administração exerce sobre os seus próprios atos, o que lhe confere a prerrogativa de anulá-los ou revogá-los, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.
- 41** Os servidores da administração direta e indireta — aí compreendidas as entidades de direito público e privado —, são ocupantes de cargos ou empregos. Os cargos são providos por concurso público, e os empregos, mediante livre contratação. As funções públicas, por outro lado, são de livre provimento, cujo preenchimento depende de relações de confiança.
- 42** As empresas públicas se distinguem das sociedades de economia mista quanto à formação do capital, por não serem constituídas com recursos particulares, mas ambas têm em comum o fato de seu capital ser dividido em ações, sob a forma anônima.

No que diz respeito aos municípios, na CF e nas constituições estaduais, julgue os itens subsequentes.

- 43** Uma das hipóteses de intervenção da União nos municípios é a de não aplicação do mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.
- 44** A imunidade recíproca, por ser da própria essência do pacto federal, impede o estado de cobrar IPVA sobre veículo de propriedade de uma câmara municipal, da mesma forma que o município é impedido de cobrar IPTU sobre prédio de propriedade de autarquia estadual situado em seu território.

Com relação à autonomia municipal e à aprovação das contas municipais, julgue os itens que se seguem.

- 45** A autonomia municipal se configura por múltiplas capacidades. No exercício de sua capacidade de autoadministração, por exemplo, o município pode e deve instituir todos os impostos de sua competência, previstos na CF.
- 46** Se o TCE/RN, ao examinar as contas do prefeito de Natal, emitisse parecer prévio pela sua rejeição, esse parecer prevaleceria, exceto se a Assembleia Legislativa do estado, que é responsável pelo julgamento das referidas contas, o rejeitasse por decisão de dois terços de seus membros.

Com base nas disposições constitucionais aplicáveis às câmaras municipais, julgue os próximos itens.

- 47** O subsídio dos vereadores não pode ultrapassar um percentual máximo do subsídio dos deputados federais.
- 48** A alienação de bens do município depende de autorização prévia da câmara municipal, mas, quando a operação for realizada com entidades de sua própria administração indireta, não haverá necessidade de licitação para esse fim.

A respeito da LRF e dos TCs, julgue os itens a seguir.

- 49** Os TCEs são competentes para examinar as contas não só das prefeituras e das câmaras municipais, mas também do Poder Judiciário e dos ministérios públicos municipais.
- 50** Cabe ao TCE determinar a suspensão das obras com indícios de irregularidades.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca dos fundamentos, objetivos e princípios da CF, julgue os itens subsequentes.

- 51** De acordo com a CF, são fundamentos da República Federativa do Brasil a soberania, a dignidade da pessoa humana e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- 52** Entre os objetivos da República Federativa do Brasil, destaca-se a valorização social do trabalho e da livre iniciativa, pois, por meio do trabalho, o homem garante sua subsistência e o conseqüente crescimento do país.
- 53** Constituem princípios que regem a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais, entre outros, a prevalência dos direitos humanos, da garantia do desenvolvimento nacional e da autodeterminação dos povos.

No que se refere aos preceitos constitucionais aplicáveis à administração pública, julgue os itens seguintes.

- 54** Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não podem ser computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- 55** A proibição quanto à acumulação remunerada de cargos estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, inclusive suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- 56** A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade.

A respeito das regras constitucionais relativas aos servidores públicos, julgue os itens que se seguem.

- 57** Diante da invalidação, por sentença judicial, da demissão de servidor público estável, este será reintegrado e o eventual ocupante da vaga, reconduzido ao cargo de origem, com direito à respectiva indenização.
- 58** A CF considera obrigatória, como condição para a aquisição da estabilidade, a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Com relação a finanças públicas e orçamento público, julgue os itens a seguir.

- 59** As disponibilidades de caixa da União, dos estados, do DF, dos municípios e dos órgãos ou entidades do poder público serão depositadas no BACEN.
- 60** A CF veda a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos pelos governos federal e estaduais para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos estados, do DF e dos municípios.
- 61** É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelo imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta.

Quanto aos direitos e garantias fundamentais e aos direitos sociais, julgue os seguintes itens.

- 62** As associações podem ser criadas independentemente de autorização legal, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- 63** A CF insere, entre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

Julgue os itens seguintes, acerca do papel constitucional do TCE.

- 64** Compete ao TCE sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado e do contrato, comunicando a decisão à assembleia legislativa.
- 65** O TCE tem competência constitucional para fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados a município e a instituições públicas e privadas, bem como para aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei.

De acordo com a legislação que regulamenta o processo administrativo no âmbito do estado do Rio Grande do Norte, julgue os itens a seguir.

- 66** Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de vinte dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.
- 67** O recurso administrativo tramitará, no máximo, por três instâncias administrativas, salvo disposição legal em contrário.
- 68** A desistência ou a renúncia do interessado não prejudica o prosseguimento do processo se a administração considerar que o interesse público assim o exige.
- 69** A lei estipula expressamente a possibilidade de o administrado requerer, administrativamente, ressarcimento por danos causados por agente público cometido no exercício da função, cuja decisão competirá ao procurador-geral do estado.

Com fundamento na Lei Complementar n.º 308/2005, que regulamenta o RPPS/RN, julgue os itens seguintes.

- 70** São beneficiários do RPPS/RN, na qualidade de dependentes do segurado, o cônjuge, a companheira, o companheiro, inclusive do mesmo sexo, e o filho não emancipado, menor de 21 anos ou inválido de qualquer idade.
- 71** A designação de servidor público efetivo estadual para compor o Conselho Estadual de Previdência Social enseja a percepção de gratificação de natureza especial denominada *jeton*.
- 72** É possível a concessão de pensão provisória por morte presumida do segurado.
- 73** Somente servidores efetivos estaduais poderão ocupar os cargos de provimento em comissão do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Rio Grande do Norte (IPERN).

Acerca do RJU/RN, regulamentado pela Lei Complementar n.º 122/1994, julgue os itens que se seguem.

- 74** A posse realiza-se mediante a assinatura de termo pelo próprio servidor, não se admitindo a hipótese de este ser representado por procurador com poderes específicos para tanto.
- 75** A penalidade de suspensão não poderá exceder a noventa dias e, havendo conveniência para a administração, poderá ser convertida em multa.
- 76** É vedado ao servidor público estadual ausentar-se do país sem autorização do chefe do órgão ou do Poder, salvo se em gozo de férias ou de licença-prêmio por assiduidade.

Com relação aos atos administrativos, julgue os itens subsequentes.

- 77** Segundo a doutrina, a presunção de legitimidade é atributo do ato administrativo e se caracteriza pelo reconhecimento de que os fatos alegados pela administração são verdadeiros e são aptos a produzir seus efeitos.
- 78** Não é possível a existência de um ato administrativo imperfeito, válido e eficaz.
- 79** A licença é um ato administrativo unilateral, discricionário e precário, por meio do qual a administração pública constitui situações jurídicas.
- 80** Segundo a jurisprudência dos tribunais superiores, o princípio de que a administração pode revogar seus próprios atos, por motivos de conveniência ou oportunidade, encontra empecilho diante da ocorrência de situação jurídica definitivamente constituída e do direito adquirido.

Quanto à administração pública direta e indireta, julgue os próximos itens.

- 81** Denomina-se controle hierárquico aquele exercido pelo ente estatal sobre a autarquia.
- 82** As agências reguladoras são consideradas autarquias de regime especial e criadas por leis específicas, e se caracterizam pela independência administrativa, decisória e técnica e pela autonomia financeira.
- 83** Enquanto as empresas públicas podem ser constituídas mediante qualquer forma societária em direito admitidas, as sociedades de economia mista devem adotar, obrigatoriamente, a forma de sociedade anônima.
- 84** Segundo entende o TCU, regra geral, não cabe prestação de contas das OSCIPs àquela Corte de Contas, ainda que se trate de recursos advindos de termo de parceria, devendo esta ser enviada ao órgão da administração que repassou a verba.

A respeito dos contratos administrativos e em conformidade com a Lei n.º 8.666/1993, julgue os itens a seguir.

- 85** Admite-se a contratação verbal com a administração pública, desde que destinada à realização de pequenas compras de pronto pagamento feitas em regime de adiantamento, no valor de até R\$ 4.000,00.
- 86** A administração pública poderá exigir do contratado a prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras, que não poderá exceder, regra geral, 20% do valor do contrato.
- 87** Se a administração pública estiver em mora por sessenta dias nos pagamentos a serem efetuados ao contratado, este poderá arguir a cláusula da exceção do contrato não cumprido contra a administração, a fim de suspender a execução do contrato ou até mesmo solicitar a sua rescisão.

Sobre a Lei n.º 8.666/1993, que regulamenta o procedimento de licitação pública, julgue os itens a seguir.

- 88** Segundo o STF, estará conforme a CF dispositivo da constituição de determinado estado da Federação segundo o qual, na análise de licitações, sejam considerados para a proposta mais vantajosa, entre outros itens, os valores relativos aos impostos pagos à fazenda pública do respectivo estado-membro.
- 89** Existe previsão legal expressa para conferir efeito suspensivo no recurso administrativo nas hipóteses de habilitação ou inabilitação de licitante e contra o julgamento das propostas.
- 90** Convite é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

Acerca da programação, da execução e do controle de recursos orçamentários e financeiros, julgue os itens a seguir.

- 91** Na fixação da programação financeira, devem ser considerados os créditos adicionais e as operações extraorçamentárias, em especial os restos a pagar.
- 92** O cronograma de execução mensal de desembolsos pode ser alterado durante o exercício, tendo em vista modificações nas prioridades e no comportamento da arrecadação da receita.
- 93** As descentralizações de créditos orçamentários ocorrem quando é efetuada movimentação de parte do orçamento para que outras unidades administrativas possam executar a despesa. Nessa etapa, a classificação econômica pode ser alterada, devendo ser mantidas as classificações institucional, funcional e programática.
- 94** A verificação das prestações de contas, realizada pelos órgãos de controle, é classificada como preventiva, em virtude das recomendações a serem expedidas posteriormente.
- 95** Segundo o Manual de Despesa Nacional, a etapa de controle e avaliação da despesa compreende a fiscalização realizada pelos órgãos de controle e pela sociedade.
- 96** A destinação dos recursos é o processo pelo qual os recursos públicos são correlacionados a uma aplicação, desde o lançamento da receita até a sua efetiva utilização.
- 97** O cancelamento de despesas inscritas em restos a pagar deve ser reconhecido como receita orçamentária do exercício financeiro em que ocorrer.

Com referência aos estágios de execução da despesa, julgue os próximos itens.

- 98** Nas despesas com suprimento de fundos, sistemática de adiantamento concedido a servidor para que ele execute a despesa, o estágio da liquidação antecede o do empenho.
- 99** Um empenho emitido para as despesas anuais com energia elétrica de uma unidade gestora deve ser realizado na modalidade global, pois seu pagamento será parcelado ao longo do exercício financeiro.
- 100** A anulação de um empenho, de forma total ou parcial, aumenta a disponibilidade orçamentária da respectiva dotação.
- 101** A ordem de pagamento da despesa, que se constitui em despacho exarado por autoridade competente e determina que a despesa seja paga, deve ser realizada após a liquidação da despesa.
- 102** No caso da assinatura anual de uma revista de periodicidade mensal, o empenho e a liquidação ocorrerão em momento anterior ao fato gerador, e o reconhecimento da despesa deve ser feito mensalmente.
- 103** O empenho constitui uma garantia ao credor de que os valores empenhados têm respaldo orçamentário.

Em relação ao controle e pagamento de restos a pagar e despesas de exercícios anteriores, julgue os itens seguintes.

- 104** Quando determinada unidade gestora recebe nota fiscal de despesa inscrita em restos a pagar não processados, com valor superior ao inscrito, deve providenciar o cancelamento de sua inscrição por divergência no valor.
- 105** A inscrição de restos a pagar no governo federal, relativa às despesas empenhadas e não liquidadas, tem validade até o dia 31 de dezembro do ano subsequente, caso não seja prorrogada.
- 106** Os empenhos correspondentes a compromissos assumidos no exterior e não liquidados até o dia 31 de dezembro do exercício de sua emissão devem ser anulados para que não sejam inscritos em restos a pagar.
- 107** Na disponibilidade de caixa, que permite ao governante a inscrição em restos a pagar de despesa contraída no último ano de seu mandato, são considerados os encargos e as despesas que devam ser pagos até o final do exercício.
- 108** Os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida, devem ser registrados por exercício e por credor, e farão parte da dívida fundada.

Com referência ao suprimento de fundos, julgue os itens que se seguem.

- 109** É vedada a concessão de três suprimentos de fundos ao mesmo servidor durante o exercício financeiro, independentemente das prestações de contas já realizadas pelo referido servidor.
- 110** Em uma mesma concessão de suprimento de fundos, pode ser autorizada a realização de despesa de serviços de pessoas físicas e a compra de material de consumo.
- 111** O servidor que receber suprimento de fundos deverá prestar contas da aplicação dos recursos até o encerramento do exercício financeiro. O saldo não aplicado será recolhido como uma nova receita.

Acerca da conformidade dos registros de gestão, que abrange a conformidade diária e documental, julgue os itens a seguir.

- 112** O registro da conformidade dos registros de gestão é de responsabilidade de servidor formalmente designado pelo titular da unidade gestora executora, o qual constará do rol dos responsáveis.
- 113** A conformidade dos registros de gestão deverá ser registrada com ressalvas sempre que as demonstrações contábeis apresentarem inconsistências ou desequilíbrios.

A respeito da retenção e do recolhimento de tributos incidentes sobre bens e serviços, julgue os itens seguintes.

- 114** Para o recolhimento das retenções do ISSQN previstas na legislação, nos casos de municípios que aderiram ao convênio com a Secretaria do Tesouro Nacional, é utilizado o documento de arrecadação de receitas estaduais e municipais (DAR), e a respectiva receita é controlada por cada município.
- 115** A competência de legislar sobre o ISSQN é dos municípios, que podem, mediante lei, atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa.

Com relação à LRF, julgue os itens subsequentes.

- 116** É vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não observe os requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal em relação aos impostos de sua competência constitucional.
- 117** As justificativas para limitação de empenho e de frustração de receitas deverão acompanhar o relatório de gestão fiscal a ser publicado com a periodicidade quadrimestral.
- 118** Em relação à limitação de empenho e movimentação financeira, segundo critérios estabelecidos na LDO, não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.
- 119** A programação financeira e o cronograma da execução mensal de desembolsos serão publicados como anexo da LOA.
- 120** A liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas acerca da execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público, é uma das formas de assegurar a transparência da gestão fiscal.

## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Respeite o limite máximo de linhas disponibilizadas, pois qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

---

O TCE/RN decidiu cancelar a aposentadoria de determinado servidor, concedida pela administração no ano de 2002, por irregularidades formais quanto à certidão de tempo de serviço, com efeitos *ex tunc*, e determinou, também, que ele devolvesse os valores percebidos. O servidor, inconformado com a decisão do TCE/RN, impetrou mandado de segurança, a fim de anular a decisão proferida, arguindo coisa julgada administrativa, ofensa aos princípios da boa-fé e da segurança jurídica, no que se refere aos efeitos da decisão proferida, em especial à determinação de devolução das quantias recebidas.

---

Acerca da situação hipotética acima, e considerando a legislação estadual que regulamenta a matéria e a posição do STF nesse sentido, redija um texto que aborde, necessariamente, de forma objetiva e fundamentada, os seguintes aspectos:

- ▶ competência do TCE/RN para apreciar a matéria;
- ▶ contagem do prazo decadencial previsto em lei;
- ▶ possibilidade de a decisão ser apreciada pelo Poder Judiciário diante da coisa julgada administrativa;
- ▶ natureza jurídica do ato administrativo de concessão de aposentadoria.